

Os bancos rejeitam a decisão da Bolívia de suspender pagamentos

Os bancos comerciais estrangeiros rejeitaram a decisão do governo boliviano em suspender temporariamente o pagamento do serviço de sua dívida às instituições.

O presidente da comissão de coordenação que representa 128 bancos, Ulrich Merten, comunicou em carta ao ministro das Finanças, Oscar Bonifaz, que os bancos estão dispostos a iniciar negociações sobre a dívida em noventa dias, caso a Bolívia faça "pagamentos de juros mínimos mensais".

Merten advertiu que, caso os pagamentos de juros não forem reiniciados, a comissão recomendará aos bancos que "adotem quaisquer ações que considerem convenientes".

Bonifaz, que divulgou a carta, acentuou que "não se trata de uma questão de não mantermos nossa palavra, mas de escolher entre pagar nossas obrigações ou alimentar nosso povo".

O ministro das Finanças reuniu-se recentemente com a comissão de bancos em Miami para informá-los oficialmente da decisão boliviana, anunciada há várias semanas, de suspender temporariamente os

pagamentos do serviço de sua dívida pública aos bancos comerciais estrangeiros.

A Bolívia solicitou à comissão uma reunião em noventa dias para explicar detalhadamente por que não poderia honrar suas obrigações.

JUROS SOBRE JUROS

Bonifaz disse que os bancos propuseram efetuar novos empréstimos à Bolívia, para que o país pagasse os juros vencidos, mas a oferta foi rejeitada. "Isto teria significado pagar juros sobre juros, o que não podemos aceitar", afirmou.

O governo boliviano deve US\$ 30 milhões referentes a juros vencidos há quatro meses, sobre US\$ 720 milhões devidos aos bancos comerciais.

Bonifaz declarou que a decisão de suspender os pagamentos dos juros foi uma resposta à queda na produção e exportação sofrida pelo país, à elevada inflação e à impossibilidade de honrar suas obrigações financeiras.

A decisão do governo de adiar os pagamentos do serviço da dívida derivou de um acordo firmado a 30 de maio com a Confederação dos Trabalhadores Bo-

livianos (COB) para pôr fim às greves que então haviam virtualmente paralisado a economia do país. O governo indicou que os pagamentos permaneceriam em suspenso até que fossem negociados novos termos, mas, após uma greve geral convocada no início do mês pela Confederação, o termo "negociação" da dívida não foi incluso em um documento que reafirmava a decisão da Bolívia de suspender os pagamentos. Os sindicatos exigem a

suspensão definitiva dos pagamentos até que o país tenha condições de retomá-los.

O adiamento dos pagamentos aos bancos comerciais não afetou as obrigações bolivianas com instituições de empréstimo bilaterais como o Banco Mundial ou governos estrangeiros. O governo indicou, porém, que destinará apenas 25% dos seus rendimentos com exportações, estimados em US\$ 800 milhões, para pagar essas instituições e governos.

(AP/Dow Jones)